

LEI N.º 2.297 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007

Estima a Receita e fixa a despesa do Município de Monte Alegre de Minas para o exercício de 2008.

O Povo de Monte Alegre de Minas, através de seus representantes aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica aprovado o orçamento do Município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, para o exercício de 2008, discriminado pelos anexos desta Lei, que estima a Receita em R\$ 24.700.000,00 (vinte e quatro milhões e setecentos mil reais) e fixa a Despesa em igual importância, sendo R\$17.701.500,00 (dezessete milhões, setecentos e um mil e quinhentos reais) do Orçamento Fiscal e R\$6.998.500,00 (seis milhões, novecentos e noventa e oito mil e quinhentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 2.º - A proposta Orçamentária para 2008 discriminará a receita e a despesa consoante as exigências da Lei Complementar Federal n.º 101, de 05/05/2000, da Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964 e Portarias STN n.º 48, 245, 340, 447, 860.

Art. 3.º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observando o seguinte desdobramento (valores em Reais):

1.0 - Receitas Correntes.....	21.631.700,00
1.1 - Receita Tributária.....	2.693.000,00
1.2 - Receita de Contribuição.....	951.700,00
1.3 - Receita Patrimonial.....	156.000,00
1.4 - Receita de Serviços.....	540.500,00
1.5 - Transferências Correntes.....	16.713.270,00
1.6 - Outras Receitas Correntes.....	577.230,00
 2.0 - Receitas de Capital	
2.1 - Transferências de Capital.....	2.000.000,00
 3.0 - Transferência Intragovernamentais.....	1.068.300,00
 TOTAL DA RECEITA ESTIMADA.....	<u>24.700.000,00</u>

Art. 4.º - A Despesa fixada será distribuída por Unidades Orçamentárias, por Função, Sub-Função e Programas, conforme os relatórios anexos.

Art. 5.º - Durante a execução orçamentária do exercício de 2008, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares às Dotações do Orçamento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do montante da despesa fixada, utilizando os recursos previstos no § 1.º do art. 43 da Lei n.º 4.320/64;

II – remanejar recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem afetar o limite de que trata o inciso I deste artigo, em função de reestruturação administrativa ou movimentação de pessoal entre órgãos ou entre unidades orçamentárias;

III – transpor recursos entre projetos ou atividades de uma mesma categoria de programação, sem afetar o limite de que trata o inciso I deste artigo, em função da existência de saldo orçamentário remanescente após execução total de projeto ou atividade;

IV – transferir recursos entre elementos de despesa de um mesmo grupo de natureza de despesa em uma mesma categoria de programação, sem afetar o limite de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 6.º - Fica criada uma reserva de contingência para o exercício de 2008, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 7.º - As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas em quotas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias. As despesas de capital deverão estar contempladas no orçamento, a fim de que se garanta a participação do Poder Público no crescimento do Município.

Art. 8.º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante lei específica, a contrair operações de crédito para atendimento a despesas de capital, observadas as condições e o limite de endividamento previstos nos artigos 16 e 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO – Lei Municipal n.º 2.277, de 06/06/2007.

Art. 9.º - Revogando-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE MINAS, 14
DE NOVEMBRO DE 2007.